



UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CAMPUS I

CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC

DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA

LEYLANE KAROLAYNE MENDONÇA DA SILVA

**A ESCRIVIVÊNCIA DE CAROLINA MARIA DE JESUS, NO LIVRO QUARTO DE
DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA, COMO PONTE ENTRE A PERIFERIA E
O MUNDO LETRADO: UMA “ARMA” CONTRA A INVISIBILIDADE SOCIAL.**

CAMPINA GRANDE

2022

LEYLANE KAROLAYNE MENDONÇA DA SILVA

A ESCRIVIVÊNCIA DE CAROLINA MARIA DE JESUS, NO LIVRO “QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA”, COMO PONTE ENTRE A PERIFERIA E O MUNDO LETRADO: UMA “ARMA” CONTRA A INVISIBILIDADE SOCIAL.

Trabalho de Conclusão (artigo) apresentado ao curso de Graduação em Letras, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduada em Letras – Língua Portuguesa.

Área de concentração: Literatura.

Orientadora: Silvana Kelly Gomes de Oliveira

CAMPINA GRANDE

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586e Silva, Leylane Karolayne Mendonca da.
A escravivência de Carolina Maria de Jesus, no livro Quarto de despejo [manuscrito] : diário de uma favelada, como ponte entre a periferia e o mundo letrado: uma "arma" contra a invisibilidade social / Leylane Karolayne Mendonca da Silva. - 2022.
25 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Portugueses) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2022.
"Orientação : Profa. Dra. Silvana Kelly Gomes de Oliveira, Departamento de Letras e Artes - CEDUC."
1. Análise literária. 2. Negros. 3. Periferia. 4. Escravivências. I. Título
21. ed. CDD 801.95

LEYLANE KAROLAYNE MENDONÇA DA SILVA

**A ESCRIVÊNCIA DE CAROLINA MARIA DE JESUS, NO LIVRO
“QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA”, COMO PONTE
ENTRE A PERIFERIA E O MUNDO LETRADO: UMA “ARMA” CONTRA A
INVISIBILIDADE SOCIAL.**

Trabalho de Conclusão (artigo) apresentado ao curso de Graduação em Letras, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduada em Letras – Língua Portuguesa, sob a orientação da Professora Silvana Kelly Gomes de Oliveira.

Aprovada em: 29/07/2022

BANCA EXAMINADORA

Silvana Kelly Gomes de Oliveira

Profa. Dra. Silvana Kelly Gomes de Oliveira / UEPB

Orientadora

Luciano Barbosa Justino

Prof. Dr. Luciano Barbosa Justino / UEPB

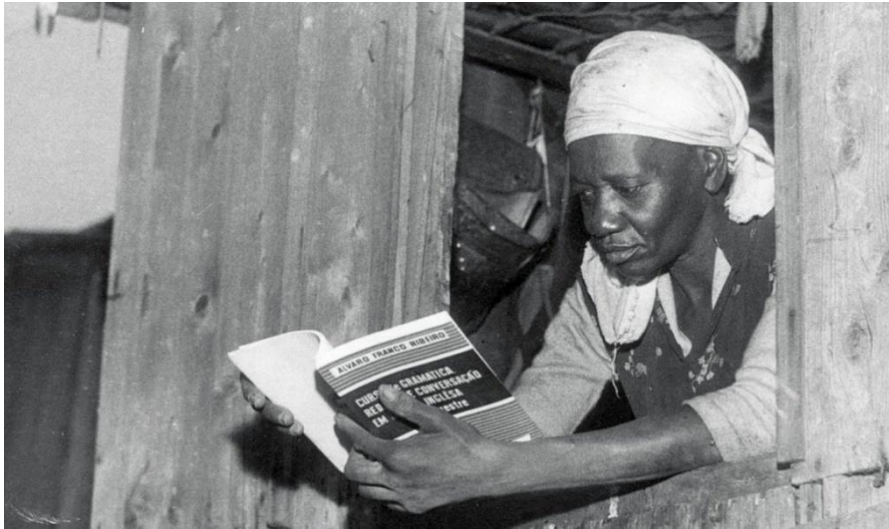
Examinador interno

Tássia Tavares de Oliveira

Prof. Dra. Tássia Tavares de Oliveira / UFCG

Examinadora externa

Ao meu filho amado.



“Tem pessoas que saem das Universidades para ser escritora. Eu sai da favela. Sai do lixo. Sai do Quarto de Despejo. E meu nome corre o mundo.”

(Carolina Maria de Jesus)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 7

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA – 2.1 Periferia e Literatura 9

2.2 A Literatura enquanto instrumento de resgate social 10

3. A ESCRIVIVÊNCIA DE CAROLINA MARIA DE JESUS 13

3.1 Linguagem como potência 13

3.2 Escrita de si e do outro – narrativas memorialísticas 15

4. UMA LEITURA DE QUARTO DE DESPEJO 20

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 22

REFERÊNCIAS 23

A ESCREIVÊNCIA DE CAROLINA MARIA DE JESUS, NO LIVRO “QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA”, COMO PONTE ENTRE A PERIFERIA E O MUNDO LETRADO: UMA “ARMA” CONTRA A INVISIBILIDADE SOCIAL.

Leylane Karolayne Mendonça da Silva¹

RESUMO

O presente artigo analisa, de forma reflexiva, a escrita de uma mulher negra e favelada, na década de 1950, como alternativa de fugir da miséria, da violência e das injustiças sociais que permeiam até hoje as periferias do Brasil. Carolina Maria de Jesus, catadora de papel, mãe de três filhos e moradora da favela do Canindé, na Zona Norte de São Paulo, é a autora da obra analisada, que tem como uma das principais características, resgatar memórias através da escrita, contando assim, uma literatura de testemunho. É por esse motivo que o presente trabalho se utilizará do termo “Escrevivência”, cunhado por Conceição Evaristo para sua literatura. Dessa forma, o presente trabalho busca entender a forma que a autora usou para transformar, no livro em análise, a escrita como uma representação da liberdade e de resistência. A escolha da obra autobiográfica como objeto deu-se intencionalmente, pois no discorrer da mesma, percebe-se com clareza o processo de como a autora transformou-se numa identidade representativa para vozes oprimidas, trazendo, assim, grandes contribuições para a literatura brasileira contemporânea. No discorrer do texto, segmentado em três capítulos, abordaremos respectivamente: a literatura enquanto direito universal, sob a perspectiva do sociólogo Antônio Cândido (1989), e a maneira como esse direito chega até os moradores da periferia; a importância da literatura enquanto instrumento que fazia eclodir as vozes da minoria para o todo, retomando o primeiro conceito de literatura marginal que nos remete a Poesia Marginal e tendo como base as teorias propostas pelo historiador da literatura brasileira Alfredo Bosi (1982); a escrita caroliniana enquanto potência oralizante representativa, apesar de não estar dentro da norma padrão, tendo como base as concepções do professor e pós-doutor em literatura Luciano Justino (2007), e do linguista Marcos Bagno (2015); e a escrita autoficcional de Carolina enquanto um fenômeno recorrente da literatura de testemunho como forma de resistência as opressões sofridas pelo grupo social que ela fazia parte, conforme observações de Regina Dalcastagné (2005) e Gayatri Spivak (2017).

Palavras-chaves: Negro. Periferia. Carolina Maria de Jesus. Escrevivência.

ABSTRACT

This article analyzes, in a reflective way, the writing of a black and slum-dwelling woman in the 1950s, as an alternative to escape from the misery, violence and social injustices that permeate the peripheries of Brazil until today. Carolina Maria de Jesus, a paper picker, mother of three children and resident of the Canindé slum in the North Zone of São Paulo, is the author of the analyzed work, which has as one of its main characteristics, rescuing memories through writing, thus, telling a testimonial literature. It is for this reason that the present work will use the term "Escrevivência", coined by Conceição Evaristo for her literature. In this way, the present work seeks to understand the way the author used to transform, in the book under analysis, writing as a representation of freedom and resistance. The choice of the autobiographical work as an

object was made intentionally, because in the course of the book we can clearly see the process of how the author transformed herself into a representative identity for oppressed voices, thus bringing great contributions to contemporary Brazilian literature. In the course of the text, segmented in three chapters, we will address respectively literature as a universal right, from the perspective of sociologist Antônio Cândido (1989), and the way this right reaches the residents of the periphery; the importance of literature as an instrument that brought the voices of the minority to the whole, taking up again the first concept of marginal literature that leads us to Marginal Poetry and based on the theories proposed by Brazilian literature historian Alfredo Bosi (1982); the caroliniana writing as a representative oralizing power, despite not being within the standard norm, based on the conceptions of professor and post-doctoral fellow in literature Luciano Justino (2007), and linguist Marcos Bagno (2015); and Carolina's autofictional writing as a recurrent phenomenon of testimony literature as a form of resistance to the oppressions suffered by the social group she was part of, according to observations by Regina Dalcastagné (2005) and Gayatri Spivak (2017).

Keywords: Black. Periphery. Carolina Maria de Jesus. Escrivivência.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa que se segue tem como *corpus* o livro “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, da escritora Carolina Maria de Jesus. Nascida na cidade de Sacramento, interior de Minas Gerais, no dia 14 de março de 1914, Carolina era uma entre os oito filhos de uma lavadeira analfabeta e netos de escravos. Cursando apenas a primeira e a segunda séries do ensino primário, ela se viu obrigada a deixar a escola quando sua mãe começa a migrar pelas cidades na tentativa de escapar da fome que os perseguia.

Em 1948, a mineira alojou-se às margens do Rio Tietê, na favela do Canindé, quando a cidade de São Paulo ainda estava em processo de modernização e as primeiras favelas ainda estavam nascendo. Com três filhos para sustentar, Carolina virou catadora de papel e de tudo que se aproveitasse para si mesma e para as crianças. Os melhores livros e cadernos, ela usou para registrar tudo que vivia na favela em forma de diário. Seus escritos eram seus confidentes. Eram sua válvula de escape do mundo real e tão desigual. A fome era, infelizmente, sua companhia diária. “Quando eu não tinha nada o que comer, em vez de xingar eu escrevia”, afirma a autora no livro em análise.

Assim como os seus outros escritos, este livro é marcado pela descrição da realidade periférica na década de 50, que girava em torno de denúncias contra a fome, as injustiças sociais e a violência sofrida pela população marginalizada pelos políticos da época. Essa narrativa memorialística recria as situações subumanas nas favelas, tendo em vista a autora enquanto sujeito histórico que faz de sua obra uma representação acerca de todos os moradores do Canindé. Sendo assim, a escrita vem acompanhada de narrativas fortes, que retratam o cotidiano lamentável vivenciado pela protagonista e pelas demais personagens, como por exemplo: a violência contra a mulher, a miséria, a fome, a prostituição infantil, e diversas outras denúncias que só poderiam ser feitas, de fato, por alguém que presenciava aquilo diariamente.

Partindo do pressuposto de que Carolina Maria de Jesus resgata memórias através da escrita, podemos afirmar que suas obras podem ser consideradas como literatura de testemunho. Em princípio, vale salientar que a noção fundadora desse testemunho advém da “literatura do Holocausto”, a qual foi marcada por relatos de sobreviventes da Segunda Guerra Mundial, como “*O diário de Anne Frank*”. Todavia,

misérias e opressões, desigualdades econômicas e o preconceito configuram o alargamento dessa noção. ”. Além disso, é importante ressaltar que essa literatura também se remete as produções literárias nacionais no período ditatorial brasileiro.

A escolha do termo “Escrevivência”, cunhado por Conceição Evaristo para sua literatura, que conforme seu conceito, entende-se como escrever sua condição e experiência enquanto cidadão negro no Brasil, se deu de forma intencional. Compreender esse termo enquanto ressignificação na literatura contemporânea é essencial para as demandas literárias da atualidade, tendo em vista que hoje a escrevivência configura-se como um movimento que tem como objetivo apresentar pro mundo a potência literária de sujeitos sociais marginalizados, como são as mulheres pretas e pobres, assim como Carolina Maria de Jesus. É isso que podemos considerar como uma ponte entre a periferia e o mundo letrado: democratizar o acesso não só a leitura, mas também à produção de literatura e perceber que esse movimento é um dos mais poderosos no meio literário.

O conceito de Escrevivência supracitado foi criado pela autora Conceição Evaristo quando a mesma buscava uma palavra que abarcasse o escrever – o viver – e o escrever vendo-se. Surgiu, assim, o escrever que mais tarde se tornaria a escrevivência, que é a escrita do cotidiano, da experiência de vida de determinados autores e de seu povo.

A partir de uma leitura crítica do livro *Quarto de Despejo* (2014), de Carolina Maria de Jesus, surgiram alguns questionamentos acerca do mesmo, como por exemplo, o modo pelo qual a autora conseguiu construir uma obra tão significativa enquanto objeto científico e suas contribuições para a literatura contemporânea. Para atingir as aspirações do presente estudo, é pretendida uma pesquisa bibliográfica e descritiva quanto aos objetivos de demonstrar o que foi observado enquanto construção discursiva nos recortes do *corpus*.

O objetivo geral do presente artigo resume-se em identificar a escrevivência da autora, nesse livro, como ponte entre a periferia e o mundo letrado. Em se tratando dos objetivos específicos, temos: 1) analisar a literatura enquanto instrumento social; 2) avaliar como a autora se comporta, linguisticamente falando, diante da relação entre ambiente periférico e personagem; 3) identificar a escrevivência de Carolina Maria de Jesus a partir da narrativa memorialística; 4) relacionar a vivência da autora à representatividade de mulheres negras na literatura.

Para realizar uma análise literária crítica reflexiva tal qual esta que se escreve, é preciso buscar um embasamento teórico que fundamente todas as afirmações nesta contidas. Para esta pesquisa, teremos como aparato alguns teóricos como Ludmer (2007) e Ferréz (2000), que defendem o lugar de fala e a representação da raça negra na literatura; Spivak (2010) e Regina Dalcastagné (2005) que têm conceitos semelhantes quando se trata da voz de um subalterno na literatura; Marilena Chauí (2021) com a teoria da cultura enquanto direito, e Luciano Justino (2014) que trata sobre a literatura de multidão e a linguagem enquanto potência na sociedade marginalizada.

Por fim, é válido evidenciar que a leitura desse texto encabeça uma discussão que está, há pouco tempo, em pauta. Os caminhos trilhados nos fazem refletir o poder que tem a literatura, e principalmente quando se trata dos aspectos que constituem essa pesquisa: literatura de periferia, de autoria negra e feminina.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Literatura e periferia

(...) a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e, portanto, nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade (CÂNDIDO, 1989, p. 122).

Partindo da concepção do sociólogo e crítico literário Antônio Cândido (1989), quando afirma que a literatura é, ou deveria ser, um direito básico do ser humano tal qual trabalho, repouso e um padrão de vida que assegure aos seus bem-estar, inclusive alimentação, vestuário e habitação. Ou seja, tudo aquilo que faltava pra Carolina além do direito a literatura. Sendo esses últimos citados, garantidos por lei; e levando em consideração que este primeiro tem igual importância em se tratando da educação familiar e escolar, podendo ser considerada também um agente humanizador, buscaremos, no decorrer deste artigo, observar o pré-conceito existente quando se fala em literatura na/da periferia.

Em se tratando do posicionamento defendido por Antônio Cândido (1989), é necessário que se faça uma reflexão acerca do que ele defende enquanto direito universal e bem *incompressível* da humanidade. Afirmar a literatura enquanto um direito de todos os povos, de todas as classes, nos faz refletir o porquê desse direito não ser democrático, afinal, ele é concebido em partes na nossa sociedade.¹

[...] Seu Gino veio dizer-me para eu ir no quarto dele. Que eu estou lhe despresando. Dise-lhe: Não! É que eu estou escrevendo um livro, para vendê-lo. Viso com esse dinheiro comprar um terreno para eu sair da favela (JESUS. 2014. p. 27).

A partir desse trecho retirado da obra, que mostra como Carolina acreditava, com veemência, na literatura como seu único meio de mudar de vida, podemos fazer uma análise reflexiva sobre porque a literatura periférica é, ainda, tão desvalorizada. Podendo, até, ser considerada como instrumento de resgate na sociedade. Para tanto, faremos um percurso sobre os estudos literários e as comunidades periféricas para tentar compreender o processo de exclusão da literatura marginal pelo cânone literário.

De início, é válido ressaltar que o termo literatura, no século XVIII, correspondia às produções artísticas que atendiam aos padrões culturais da burguesia. Em contrapartida, surge, em meados do século XX, a “literatura marginal”, nascida nas periferias e que vem crescendo significativamente no campo literário. Partindo do conceito inicial de literatura, sendo definida pelos burgueses como uma arte autônoma, ou seja, uma arte que possui suas próprias regras, podemos afirmar que a literatura marginal é o oposto do que foi definido; sendo assim, é vista como resistência ao engessamento da literatura brasileira, ou seja, ao cânone literário e suas posições fixas.

¹ Tomaremos como exemplo, a taxação dos livros defendida por Paulo Guedes, Ministro da Economia, no ano de 2021, sob o argumento de que pobres não lêem porque livro é produto das elites.

Isto posto, é possível afirmar que esse é um dos motivos para o desaparecimento das literaturas marginalizadas nos manuais: para compreender essa literatura, o canônico haverá de sair da sua zona de conforto e reconhecer o subalterno enquanto voz social. Sobre isso, Jaime Ginzburg (2011, p. 28) afirma que “estudar o testemunho significa assumir que aos excluídos cabe falar, e, além disso, definir seus próprios modos de fazê-lo”. Pode-se afirmar que o ato de conhecer o excluído e reconhecer sua fala é um duplo conflito para os leitores do cânone e da literatura tradicional.

2.2 A Literatura enquanto instrumento de resgate social

Antes de tratarmos sobre essa literatura, se faz necessário antes distinguir a literatura marginal dos marginalizados do movimento marginal na década de 1970. Em se tratando do movimento literário da Poesia Marginal, também conhecida como Geração Mimeógrafo, seguindo a concepção de Bosi (1982), podemos afirmar que o objetivo principal desse movimento era atingir todos os meios de artes e, sobretudo, a literatura, levando representações do que acontecia, de fato, nas grandes cidades – fora da bolha da sociedade conservadora. Essas manifestações surgiram na década de 70 e se davam através de textos e imagens como fotografias e quadrinhos, carregados de sarcasmo e humor, que sempre se distanciavam dos padrões da Academia e da crítica literária. Isso ocorria porque os poetas marginais não aceitavam seguir nenhum modelo literário e escreviam à sua maneira.

Já a partir dos anos 90, a literatura marginal periférica, ou literatura marginal dos marginalizados, surge nas favelas. Nesse contexto, o termo “marginal” fazia menção a um determinado perfil dentro da produção literária: geralmente os autores habitavam periferias localizadas nos grandes centros e os temas que abarcavam as narrativas tratavam sobre a realidade das favelas: violência, fome e injustiças sociais, bem como já foi mencionado nesse trabalho sobre o que traz a obra em análise. Outro ponto marcante dessa literatura é a linguagem coloquial que nos aproxima da oralidade.

Nessa literatura, além da ressignificação do termo “marginal”, antes utilizado apenas pelas classes altas para adjetivar moradores das periferias, fazendo uma relação direta entre aparência física, cor e condição econômica com o crime; os produtores da mesma também se utilizam dos aspectos da escrita como uma forma de confrontar o cânone pelo seu estilo único, sendo essa nova literatura constituída por uma escrita que rompe o padrão criado pelos clássicos autores renomados.

À isso, Justino (2007, pg. 191) é contundente ao afirmar que “os novos estatutos da literatura reenviam para uma nova construção de memória coletiva a partir de novos agentes, novas tradições, e a necessidade de outro olhar sobre as velhas.” O movimento já percebido pelo teórico que acaba de ser citado ganha cada vez mais espaço no campo da literatura brasileira e pela recente crítica literária pelo que os autores da literatura de periferia conseguem fazer através dela.

Na produção literária de Conceição Evaristo intitulada *Olhos D'água* (2016), por exemplo, podemos perceber a “escrevivência” à medida que ela assume o seu lugar dentro da literatura e, paulatinamente, ressignifica os caminhos antes solidificados pelo cânone se utilizando de movimentos próprios da sua escrita para falar sobre si e sobre o outro.

Sobre essas histórias que narram a realidade, Carolina chega a retratar que as crianças ricas sempre brincam nos jardins com seus brinquedos prediletos. Já as crianças pobres acompanham as mães a pedirem esmolas pelas ruas. Afirmando, ainda, que essa situação só

poderia ser brincadeira do destino. Quanto à essa realidade comum e infeliz, a filósofa Marilena Chaui (2017) destaca que:

toda a prática e toda a ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural, isto é, de ausência de direitos, é violência (2017, p. 38).

Não é difícil perceber, no discorrer do texto, que a igualdade pela qual ela tanto luta não é apenas econômica, mas também social e cultural, como destacamos na citação de Chaui. Todos os seus direitos lhes foram arrancados. Carolina e todos os outros favelados foram reduzidos à condição de objeto. E objetos não são assegurados pela constituição. Aqui, de fato, é inegável que a escritora se utiliza da literatura enquanto instrumento de resgate na sociedade, tentando, por meio dessa, sair da invisibilidade.

Assim sendo, é possível perceber que a escrevivência de Carolina comprova a existência de uma comunidade invisível paralela ao mundo letrado e à literatura, por meio da pluralidade de vozes negras; antes, oprimidas; agora, autoras de suas próprias histórias. Logo, quando pensamos nessas representações de si, devemos levar em consideração que os conceitos sobre periferia urbana têm sofrido alterações porque os agentes da literatura marginal, de forma coletiva, remetem-se à ela não mais como lugar de violência e tráfico, mas como lugar de produção, difusão e consumo de arte – seja literária ou não.

Levando em consideração o que Antônio Cândido (1989) cita, exposto no primeiro tópico desse texto, podemos fazer uma correlação com o que Marilena Chaui fala, também abordando a literatura enquanto direito:

Ora, essas mesmas pessoas, que não são pintoras nem escultoras nem dançarinas, também são produtoras de cultura, no sentido antropológico da palavra: são, por exemplo, sujeitos, agentes, autores da sua própria memória. Por que não oferecer condições para que possam criar formas de registro e preservação da sua memória, da qual são os sujeitos? Por que não oferecer condições teóricas e técnicas para que, conhecendo as várias modalidades de suportes da memória (documentos, escritos, fotografias, filmes, objetos etc.), possam preservar sua própria criação como memória social? Não se trata, portanto, de excluir as pessoas da produção cultural e sim de, alargando o conceito de cultura para além do campo restrito das belas-artes, garantir a elas que, naquilo em que são sujeitos da sua obra, tenham o direito de produzi-la da melhor forma possível. (CHAUÍ, 2021, p. 182)

Partindo desse pressuposto, é correto afirmar que não somente a literatura, mas todas as artes deveriam ser ofertadas para todas as classes sociais não só para consumo – onde, geralmente, um branco é o criador da arte e narra os fatos sem ter o devido conhecimento do que está sendo narrado; e sim, oferecer conhecimento e suporte para que os que estão em desvantagem também possam criar sua arte da melhor maneira possível, registrando e preservando memórias fiéis à sua realidade.

É isso que Carolina é: a realidade, a resistência, a testemunha. Na obra analisada, ela chega a falar que somente ela manifesta o que sofre, apesar de todos os outros também lutarem com as

dificuldades para conseguir sobreviver. Essa é a literatura enquanto instrumento de resgate social. Podemos, então, considerá-la como a porta voz dos excluídos. Segundo Bosi:

É possível identificar, na dinâmica dos valores vividos em contexto de pobreza, certas motivações que levem à atividade social da leitura e da escrita. Trata-se de descobrir o leitor escritor potencial. O que me move é pensar o excluído agente virtual da escrita, quer literária, quer não literária (BOSI, 2002, p.161).

Carolina, enquanto sujeito excluído na sociedade, conseguiu fazer da escrita uma “arma” contra a invisibilidade social. É inegável que ela teve uma grande motivação pra isso: a fome. A literatura foi, para ela, o ganho doutra identidade. Ela assumiu sua subalternidade e tornou-se, despretensiosamente, representante da multidão que o circundava. Todas as obras de Carolina e, principalmente, essa em análise, nos permitem à abertura de um discurso político. Partindo, então, dessa concepção, é inegável afirmar que a escrita/literatura de Carolina contribui para a construção de uma postura crítica com teor politizado acerca das situações impostas aos favelados.

Regina Dalcastagnè (2014) reflete o quão grande era o desejo das pessoas excluídas – por não dominarem à norma padrão ou qualquer outro motivo que lhes pusessem em desvantagens comparando-os com letrados – de se submeterem a escrever; afinal “aquilo não lhes cabia”. Porque não? Poderia ela, mulher, negra, pobre, favelada, mãe solo e semianalfabeta, tornar-se escritora? Tamanho foi e é o impacto, na Literatura, causado por escritores com aspectos semelhantes a esses. Para os marginalizados, se fazia/faz necessário deixar de ser um retrato e tornar-se um autorretrato. Para os pesquisadores, é essencial compreender que analisar essa linha literária, infelizmente, menos valorizada, não nos faz menos pesquisadores.

Ainda na tentativa de “justificar” tamanha desvalorização com autores e leituras dissonantes, partiremos da ideia de Spivak (2012) que questiona como pode em um país extremamente opressor o oprimido falar. E quando esse oprimido é uma mulher nas condições de Carolina Maria de Jesus?

[...] A construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (SPIVAK, 2010, p. 34).

À essa linha de raciocínio, podemos refletir o que se fez necessário para que Carolina saísse do lixo para o mundo, como ela mesmo afirma. Audálio Dantas, homem, branco, jornalista, de classe média alta e, conseqüentemente, não subalterno, foi não só o descobridor dessa autêntica escritora, mas também o detentor de trinta por cento do preço de venda das traduções das obras de Carolina, enquanto a mesma tinha direito a apenas dez por cento.

Outro motivo plausível que confirma a nossa sociedade como opressora é a crença de muitos em que Audálio foi o real escritor da obra e Carolina foi apenas uma figura inserida para surtir o efeito pretendido da obra; à esse pensamento atribuiremos o racismo estrutural enraizado na sociedade. Ela, por suas condições, era incapaz de escrever uma obra que caiu nas graças do

Brasil e do mundo, levando em consideração que o livro foi traduzido para mais de treze idiomas.

3 A ESCREVIVÊNCIA DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Levando em consideração os pontos que já foram abordados anteriormente em se tratando de literatura e periferia e sabendo da desvalorização da mesma pela sociedade patriarcal, partiremos da noção do historiador E. P. Thompson (2012) que evidenciou a “história vista de baixo” e enalteceu uma leitura sensível as vozes das minorias para refletir a escrevivência de Carolina Maria de Jesus como parte da desconstrução da “história dos vencedores” – o cânone.

3.1 Linguagem como potência

Como já foi colocado anteriormente, Regina Dalcastagné (2014) explica que o fato de Carolina Maria de Jesus não dominar a norma padrão da língua portuguesa é o fator que a distancia da literatura tradicional brasileira. Por outro lado, é inegável que é, justamente, essa potência oralizante presente em toda obra que ressignifica o conceito de linguagem literária, rompe as regras impostas pelo cânone, e faz com que essa literatura cresça gradativamente nos campos literários.

A oralização surgiu na necessidade de uma literatura diante das diferentes formas de vida da atualidade e pode ser definida, de acordo com Edouard Glissant, “como alternativa à estandardização da produção cultural sob o capitalismo global.” (apud JUSTINO, 2014, p. 147). À luz dessa teoria, poderemos, mais adiante, entender a escrita de Carolina enquanto multidão na literatura periférica como uma potência oralizante num mundo onde até para se ter direito a escrita, pensando no contexto periférico, é preciso lutar.

Partindo dessa ideia, percebe-se que a literatura de multidão é uma voz que brada em nome dos muitos invisíveis que ainda existem na nossa sociedade sobre os problemas que os “perseguem”. Nesse caso, podemos trazer a fala de Vladimir Voloshinov (1997) e Dominique Maingueneau (2006), quando defendem que a obra, talvez, só faça sentido ao passo em que reflete a vida de quem a tornou possível. Isto posto, podemos perceber que oralizar a literatura é desinvisibilizar as inúmeras pautas existentes dentro dos círculos sociais das maiorias minoritárias, ou melhor, das comunidades invisíveis.

Ainda estamos procurando os velhos princípios identitários que a modernidade nos legou, não obstante a expansão do escopo de interesse e de uma positiva politização do debate. Nosso modo de entrar nas obras ainda continua excessivamente “modernista”. No lugar de fazermos falar os silêncios das obras canônicas, preferimos a tagarelice das obras minoritárias, mas ainda com os mesmos métodos que empregávamos para lermos os “clássicos”. Ou seja, falta a multidão em sua multiplicidade constitutiva, não como “personagem”, mas principalmente como método crítico, em outras palavras, falta a multidão como ética da leitura (JUSTINO, 2014, p. 149).

Conforme o teórico supracitado, o problema mais recorrente em se tratando da literatura oralizada não está na literatura em si, mas sim, na falta de sensibilidade por parte do leitor dessa. Ainda é comum que nós, enquanto leitores do “óbvio”, abramos um livro de literatura

periférica sem cogitar a possibilidade de sair da nossa zona de conforto, na tentativa de compreender que tal obra foi moldada pela forma de vida que seu autor leva.

Como já foi citado nesse texto, reconhecer um subalterno enquanto autor de sua própria história é um problema para os leitores da literatura tradicional. E, ainda mais, se esse autor for uma mulher nas condições de Carolina, acompanhada de sua escrita “errada”. À isso, segundo a perspectiva de Bagno (2015), chamamos de variação linguística diastrática, onde as variedades linguísticas independem da região do falante, e sim dos grupos sociais nos quais ele se insere. É esse movimento que percebemos no livro que está sendo analisado e que ocorre por meio da oralização – Carolina, mesmo sem o domínio da norma padrão, consegue por meio da literatura, representar a si e a seu povo.

Reconhecer e aceitar as variações linguísticas tem sido um grande desafio no campo literário, principalmente, pelo fato da oralidade estar sempre atrelada a escrita, nesse contexto de pessoas que socialmente “não podem” escrever, submetendo-se à esse ato da maneira que sabem e podem.

De acordo com o rapper Emicida, “uma frase bonita escrita com a grafia errada continua bonita”². Entretanto, há ainda quem não concorde. Sabendo que o domínio da norma padrão é um fator de prestígio na sociedade atual e o distanciamento da mesma na linguagem verbal é um agente excludente, podemos, a partir disso, compreender porque existem ainda hoje discussões que têm como pauta a correção da obra *Quarto de Despejo*.

A professora Maria Vilani Gomes (mãe do rapper Criolo) argumenta que as correções ortográficas do livro poderiam o fazer ter um maior aceitação, e que mantê-lo como está até hoje, escrito de forma “errônea”, poderia desestimular jovens escritores à buscar a aquisição de uma escrita elaborada. Defende, também, a língua portuguesa padrão como um patrimônio cultural o qual deveríamos nos apropriar, sejamos nós os eruditos, sejamos nós os socialmente desprivilegiado – afinal, argumenta ela, todos têm capacidade pra isso. Partindo dessa concepção, percebemos o preconceito linguístico existente até mesmo por parte de professores da nossa própria língua – quando deveriam ser estes os responsáveis por desconstruir a ideia de que a língua é única e padrão.

De acordo com Bagno (2015) existem vários mitos ligados ao preconceito linguístico. Citarei, aqui, dois deles para comentar de acordo com a obra que está sendo analisada. O primeiro é o de que as pessoas sem instrução falam tudo errado e o segundo e último é o de que o domínio da norma padrão é um instrumento de ascensão social. Partindo da ideia defendida no primeiro mito exposto, é importante fazer uma reflexão sobre o que é o errado; qual o referencial usado para garantir que aquilo é um erro? Afinal, existe certo e errado na nossa língua?

Se dizer *Cráudia, praca, pranta* é considerado “errado”, e, por outro lado, dizer *frouxo, escravo, branco, praga* é considerado “certo”, isso se deve simplesmente a uma questão que não é linguística, mas *social e política* — as pessoas que dizem *Cráudia, praca, pranta* pertencem a camadas sociais desprestigiadas, marginalizadas, excluídas, que não têm acesso à educação formal e aos bens culturais da elite, e por isso a língua que elas falam sofre o mesmo preconceito que pesa sobre elas mesmas, ou seja, sua língua é considerada “feia”, “pobre”, “carente”,

². Emicida, Mensagem publicada em perfil pessoal do Twitter (@emicida), 21 jun. de 2011, Disponível em: <https://twitter.com/emicida/status/83202871079870464>, Acesso em: 01/04/2022

quando na verdade é apenas *diferente* da língua ensinada na escola. (BAGNO, 2015, p. 66)

Como já apontamos, ainda é muito forte no Brasil a ideia de língua atrelada a instrumento de ascensão social. Sendo assim, quem domina as normas padrões e compreende as normas gramaticais é, de forma automática, elevado potencialmente à uma condição de intelectual – inteligente. E quem não fala ou escreve de acordo com o esperado pelos conservadores da gramática, infelizmente, são ignorados enquanto sujeitos falantes. É o que acontece com Carolina, como podemos observar no decorrer da obra, quando ela escreve algumas palavras como: “iducação”, “puis”, “impricam”, “seguio”, “socego”, etc.

Ao pesquisar mais sobre esse fenômeno recorrente no nosso país, podemos perceber que nunca foi uma questão daquilo que está sendo falado, mas sim de quem está falando e o quê. Como afirma Bagno (2015), é incontestável afirmar que o preconceito linguístico é decorrente do preconceito social.

Isto posto, fica perceptível que quem comete o erro que na verdade não é erro, é sempre o pobre desprovido de estudo, muitas vezes por consequências sociais. Não existe certo ou errado, temos uma língua viva em constante mudanças, e que abrange milhões de pessoas, quer tenham algum conhecimento da nossa língua, quer não.

Com relação ao segundo mito citado e tomando como fundamento o que foi exposto anteriormente, afirmar que o domínio da norma padrão é um instrumento de ascensão social é incoerente. Carolina Maria de Jesus não dominava a norma padrão, mas era a única mulher na periferia que sabia ler e escrever, o que era inadmissível na época.

O domínio da norma padrão de nada vai adiantar a uma pessoa que não tenha todos os dentes, que não tenha casa decente para morar, água encanada, luz elétrica e rede de esgoto. [...] O domínio da norma-padrão de nada vai adiantar a uma pessoa que não tenha seus direitos de cidadão reconhecidos plenamente (BAGNO, 2015, p. 106).

Porque Carolina, em vida, não tornou-se uma mulher de grande poder aquisitivo visto que suas obras explodiram quando descobertas? Porque nós, enquanto professores de Português, somos tão desvalorizados e não ocupamos um lugar entre os cargos mais bem remunerados do nosso país visto que ninguém melhor que nós para dominar a norma-padrão?

Bagno (2015) é incisivo ao apontar que é impossível falar de língua sem falar de política, e que esse discurso sempre terá de ser regado à luz dessas reflexões políticas, do contrário, nós enquanto professores; pesquisadores e teóricos estaríamos apenas contribuindo para o círculo vicioso do preconceito linguístico e da injustiça social.

Vale à pena uma reflexão acerca do que Carolina denuncia, repetitivamente, em sua obra: a desigualdade social. Como poderá um marginalizado, que percebe desde a infância que não tem nenhum direito assegurado e luta pra sobreviver à sua maneira, desenvolver interesse por uma língua que a todo tempo lhe exclui por falar “errado”? É necessário que hajam debates que tenham como objetivo um meio, mesmo que a longo prazo, de extinguir esse pensamento conservador enraizado na nossa sociedade.

3.2 Escrita de si e do outro – narrativas memorialísticas

Josef (1997, p. 221) afirma que “a autobiografia sempre procurou espaço entre o discurso da história (por seu efeito memorialístico, sua relação com um certo passado e sobretudo por sua ficção de credibilidade) e o discurso do sujeito, pelo espaço egocêntrico que parecia instaurar”. Essa busca pelo equilíbrio se dava devido ao pensamento de que escritores de si estavam propostos a fazer do “eu” o centro do universo, assim digamos.

À luz dessa concepção e da noção da literatura periférica supracitada, apontaremos, nesse tópico, a escrita autobiográfica de Carolina – mulher, negra e periférica – não como uma tendência de referir tudo a ela mesma, mas enquanto um fenômeno recorrente da literatura de testemunho como forma de resistência à opressão para com a sociedade marginalizada da qual ela fez parte.

Isto posto, é válido afirmar que contemplamos, nesse tópico, três concepções de escrita: escrita de si enquanto resistência da literatura de autoria negra; escrita de diário enquanto denúncia social; até, de fato, chegarmos na escrita caroliniana enquanto autoficção que mistura elementos poéticos e imaginação para contar experiências reais da periferia.

[...] É um novo ciclo temporal, de uma democracia embrionária, de movimentos de massa, de interesse pela voz dos excluídos. A favela passou a despertar curiosidade, os dramas da favela ganhavam leitores. A narrativa do diário foi vista sob uma função social, era um veículo para narrar a vida dos excluídos (PENTEADO, Gilmar. A árvore Carolina Maria de Jesus: uma literatura vista de longe. In: DALCASTAGNÉ, Regina e EBLE, Jensen Laeticia (Org.). *Literatura e exclusão*. Porto Alegre, RS: Zouk, 2017).

Partindo da primeira concepção de escrita exposta, sabemos que existem autoras negras que escrevem sobre si como uma forma de resistir ao purismo embranquecedor presente na literatura, fazendo dessa escrita um convite que instiga quem não está dentro do contexto das favelas, pelo menos, conhecer através da leitura. Esse movimento nos permite avaliar o comportamento de escritoras de literaturas pós-autônomas diante da relação entre ambiente periférico e personagem literário, traçando, assim, um novo conceito de literatura.

[...] estas histórias não são totalmente minhas, mas me pertencem, na medida em que, às vezes, se (con)fundem com as minhas. Invento? Sim, invento, sem o menor pudor. Então as histórias não são inventadas? Mesmo as reais, quando são contadas. Entre o acontecido e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido.[...] Entretanto, afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar minha escrevivência (EVARISTO, 2016, p. 7).

Como podemos perceber, a autora narra sobre si e sobre os seus – adicionando elementos poéticos à realidade amarga – na tentativa de manifestar o lamentável cotidiano através das palavras – sendo elas seu único meio de bradar pro mundo a infelicidade incrustada. Mas, não para que essa seja apenas mais um símbolo de representatividade dos “marginais”, e sim uma vitrine que expõe todos os acontecimentos invisíveis e clama, incansavelmente, por uma igualdade social. Autoras como Carolina, Conceição e Chimamanda cansaram de resistir,

apenas. Era preciso encontrar uma forma que eclodisse seus gritos para todo o mundo ouvir. A literatura o fez.

Spivak (2017) cita que é imprescindível perceber o papel da literatura na produção da representação cultural, sendo assim, além de ler autores e autoras que não pertençam ao cânone, devemos sempre fazer uma auto-reflexão sobre o olhar direcionado à essas produções quando lidas.

Partindo desse pressuposto, podemos pensar na escrita de Chimamanda – que também escreve autoficção – enquanto resistência e reafirmação identitária uma vez que em suas obras ela discorre sobre estratégias que, em geral, representam também um processo de descolonização cultural – como é o caso da personagem Ifemelu, no livro *Americanah*, da autora em questão; na obra, a protagonista é uma mulher negra oriunda da Nigéria que migra para os Estados Unidos para estudar. Apesar desse livro não ser considerado autobiográfico, existem semelhanças entre a vida de Ifemelu e Chimamanda: como o fato da autora ser nigeriana e também ter morado nos EUA quando jovem. Esse fato é o que traz à essa leitura um tom autobiográfico e nostálgico.

Uma dessas estratégias, por exemplo, está ligada ao processo de transição capilar de Ifemelu. Sabendo que o padrão capilar imposto pela cultura americana é o cabelo liso (loiro na maioria das vezes) e que essa temática revela o racismo estrutural existente, a autora se utiliza de estratégias argumentativas que buscam representar, na literatura, mulheres pretas que estão se autoconhecendo e se aceitando, acima de tudo. Resistindo à uma sociedade que oprime e humilha todos os que não se encaixam nos estereótipos, essa representação é um enfrentamento ao racismo e o sexismo enraizados no mundo literário ou não.

Quando ela falou da entrevista em Baltimore, Ruth disse: "Meu conselho? Tire essas tranças e alise o cabelo. Ninguém fala nessas coisas, mas elas importam. A gente quer que você consiga esse emprego" (ADICHIE, 2014, p. 220).

Nesse trecho retirado da obra, é possível identificar o preconceito existente na sociedade americana até para com o cabelo da mulher preta. O contexto cultural e histórico americano, embebido pela ideia de que existe um padrão superior a todos os outros, não permite o empoderamento das mulheres pelo que elas têm. Desse modo, para que haja uma aceitação, é necessário que elas se adaptem a esse “novo mundo”.

Isto posto, reitero o pensamento de que esta literatura é mais que existência. É resistência. Bem como a maneira encontrada por autoras como estas que foram citadas no decorrer desse trabalho para (r)existir; o diário: veículo de transporte das pautas sociais utilizados por Carolina e Conceição, por exemplo, não deixa de ser menos importante por ser o armazém dessas palavras carregadas de sentimentos e lutas.

Fabricam o presente com a realidade cotidiana e essa é uma das suas políticas. A realidade cotidiana não é a realidade histórica referencial e verossímil do pensamento realista e da sua história política e social (a realidade separada da ficção), mas sim uma realidade produzida e construída pelos meios, pelas tecnologias e pelas ciências. É uma realidade que não quer ser representada porque já é pura representação: um tecido de palavras e imagens de diferentes velocidades, graus e densidades, interiores-exteriores a um sujeito que inclui o acontecimento, mas também o virtual, o potencial, o mágico e o fantasmático (LUDMER, 2007, p. 2).

O diário é colocado, nesse caso, como uma denúncia social à realidade vivida pelas autoras. Em se tratando de *Quarto de Despejo*, a narrativa memorialística recria e expõe, numa nova espécie de vitrine, tudo que se passa dentro da favela do Canindé. A fome, a violência, a prostituição, as injustiças e etc. são algumas das pautas expostas nessa vitrine como algo que já é considerado, infelizmente, normal para quem vivencia, mas que causa um grande impacto em quem vive na bolha da alta sociedade.

Outro ponto que evidencia o sucesso da comunhão entre o assunto e a forma narrativa é a aparência de sinceridade que está vinculada à forma do diário como gênero. A história do gênero diário parece gerar um modo cristalizado de leitura que exige do leitor uma posição particular, a de acreditar que está lendo toda a verdade, segredos inconfessáveis, um texto fiel ao acontecimento. Este modo de leitura impulsionou as “verdades” que Carolina Maria de Jesus quis apresentar, mas, por outro lado, lançou sua obra em direção às muitas análises de cunho sociológico (ANDRADE, 2008, p. 83-84).

Sendo assim, é possível afirmar que se o livro de Carolina fosse de poemas, por exemplo, talvez não teria alcançado o sucesso da obra em análise. Exigir que o leitor saia da sua zona de conforto e assumira uma postura diante do que está sendo dito é um marco da escrita caroliniana, principalmente quando temos a nossa frente uma confissão agonizante e um pedido de socorro.

Apesar de todo descaso retratado no discorrer do texto de Carolina, a sua escrita autoficcional, que se utiliza de elementos poéticos que misturam imaginação e subjetividade com experiências reais e concretas para descrever a realidade de miséria, é o maior convite para suas obras que mesmo tão angustiantes conseguem, em alguns momentos, transparecer leveza.

O termo autoficção foi cunhado na França, pelo professor Serge Doubrovsky (1977). Foi a sua escrita que configurou esse novo estilo literário, pois ele afirmava que entre suas obras autobiográficas e suas obras ficcionais havia uma espécie de psicanálise existencial, ou seja, na sua perspectiva, apesar de termos o homem – autor – enquanto um ser definido historicamente, era a obra, enquanto mundo paralelo/imaginário, resultante de uma linguagem com marcas próprias que o fazia existir enquanto ser imaginário alocado numa rede de infinita significações.

Autobiografia? Não. Esse é um privilégio reservado aos grandes desse mundo, no crepúsculo da vida, e num belo estilo. Ficção, de eventos e de fatos estritamente reais, por assim dizer, autoficção, por se haver confiado a linguagem de uma aventura à aventura da linguagem, fora dos limites da sensatez/sabedoria [sagesse] e da sintaxe do romance, tradicional ou novo. Encontros, fios/filiações [fils] de aliterações, assonâncias, dissonâncias, escritura de pré ou pós-literatura, concreta, como se diz da música. Ou então, autoficção (DOUBROVSKY, 1977, s/p apud NOGUEIRA, 2019, pg. 6152).

A partir disso, podemos afirmar que Doubrovsky (1977) foi o criador de uma prática literária que para ser compreendida conforme a intenção de quem a escreve, necessita de outras informações que não a do texto para o leitor fazer uso, como por exemplo dispor de

biografemas³ extratextuais. Não sendo assim, a leitura autoficcional se dá de forma incompleta e a intencionalidade do autor não se concretiza por falta de suportes. Ou seja, o pacto da leitura não ocorre.

À luz das concepções do teórico espanhol Manuel Alberca (2007), podemos apontar que suas afirmações acerca do que seria a autoficção surgiram para complementar o conceito já definido por Doubrovsky (1977), pois, segundo ele, o conceito de autoficção se estende a inúmeras possibilidades de escrita e aplicação – até mesmo a estilística do texto. O autor defende ainda que mesmo que o leitor de uma obra não identifique os elementos que fazem dela autoficcional, o “pacto ambíguo”⁴ ocorre pois os elementos estão contidos na obra apesar de serem reconhecidos ou não.

...Eu durmi. E tive um sonho maravilhoso. Sonhei que eu era um anjo. Meu vestido era amplo. Mangas longas cor de rosa. Eu ia da terra para o céu. E pegava as estrelas na mão para contemplá-las. Conversar com as estrelas. Elas organizaram um espetáculo para homenagear-me. Dançavam ao meu redor e formavam um risco luminoso. Quando despertei pensei: eu sou tão pobre. Não posso ir num espetáculo, por isso Deus envia-me estes sonhos deslumbrantes para minh'alma dolorida. Ao Deus que me protege, envio os meus agradecimentos (JESUS. 2014. p. 120).

No livro em análise, os recursos da ficção se revelam, por exemplo, no imaginário da autora – em sonhos e/ou pensamentos – que podem ser separados facilmente pelos leitores entre o real e o inventado. O fato da distinção ocorrer de maneira fácil se dá porque em toda parte contada dentro da autobiografia, Carolina faz menção a uma vida infeliz e trágica. Todavia, no seu mundo paralelo, a sua realidade sempre é outra, aversa a vida em que ela vive.

Ainda se tratando da estética textual dentro da autoficção mencionada por Alberca (2007), podemos ressaltar que o cuidado da autora em destacar todos os detalhes do cenário é de se admirar. Pois, apesar de viver numa situação decadente, não é somente disso que ela alimenta seus leitores. Detalhes mínimos que fazem a diferença na leitura, como a descrição do amanhecer, o som dos pássaros, a chuva que lhe impede de sair pra catar papel, as aves que cantam porque, provavelmente, não sentem fome assim como ela e muitos outros elementos poéticos podem ser encontrados trazendo uma beleza singular pra obra.

Deixei o leito as 4 horas para escrever. Abri a porta e contemplei o céu estrelado. Quando o astro-rei começou despontar eu fui buscar água. Tive sorte! As mulheres não estavam na torneira. Enchi minha lata e zarpei. (...) Fui no Arnaldo buscar o leite e o pão. Quando retornava encontrei o senhor Ismael com

³ De acordo com o E-Dicionário de Termos Literários, o biografema será, pois, um fragmento que ilumina detalhes, prenes de um “infra-saber”, carregado de, barthesianamente falando, certo fetichismo, que vem a imprimir novas significações no texto, seja ele narrativo, crítico, ensaístico, biográfico, autobiográfico, no texto, enfim, que é a vida, onde se criam e se recriam, o tempo todo, “pontes metafóricas entre realidade e ficção”. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/biografema>. Acesso em 05/04/2022.

⁴ Manuel Alberca chamou de “pacto ambíguo” a mistura do autobiográfico enquanto verdade, com o ficcional enquanto invenção. Essa junção já havia sido definida por outros autores como duplicidades que necessitavam estar distintas na obra a ponto do leitor reconhecer os limites. Todavia, suas considerações defendiam que essa alternância poderia estar colocada de forma indissociável no texto, sendo função do leitor ideal perceber os limites entre real e fictício.

uma faca de 30 centímetros mais ou menos. Disse-me que estava a espera do Binidito e do Miguel para matá-los, que eles lhe expandiram quando ele estava embriagado (JESUS. p. 21).

Nesse trecho, podemos retomar a ideia de Doubrovsky (1977), já mencionada, quando defende que é a linguagem a principal rede de imersão do homem (autor) no mundo fantástico repleto de significações. Apesar de ser semianalfabeta, pode-se acreditar que Carolina se esforçava para disseminar suas valiosas composições semânticas, isso significa dizer que a escritora se preocupava em escolher bem as palavras que compunham seu léxico para ter um texto com marcas próprias e palavras carregadas de sentimentos. O que nos reafirma isso são as palavras empregadas no início do trecho destacado, que trazem leveza e nos fazem refletir a forma que a autora se apropria para nos passar sensação.

4 UMA LEITURA ALÉM DO QUARTO DE DESPEJO

Quando iniciamos a leitura de uma obra, estamos cientes de que a narrativa é um elemento essencial que contribui para a criação da leitura enquanto um “mundo imaginário”.

Partindo desse pressuposto, podemos apontar que as imagens narrativas fornecidas no discorrer da leitura da obra em análise, têm a capacidade de nos levar além daquilo que somos acostumados a ver/ler. O fato dos escritos de Carolina nos levarem além da nossa zona de conforto são provenientes de um conjunto de elementos da narrativa utilizados por ela, até mesmo, de maneira inconsciente, visto que a mesma não dominava de conhecimentos teóricos para tal. São esses aspectos estruturais que prendem a atenção do interlocutor durante o ato da leitura e ressaltam o que está implícito nas entrelinhas.

Outrossim, se faz necessário ressaltar que o fato de Carolina ser, além de escritora, protagonista, nos faz repensar a narrativa não só enquanto mais uma obra de autobiografia que difunde vivências reais, e sim como um produto social que reúne e resplandece as vozes marginalizadas, bem como a literatura pobre.

Dentro dos aspectos supracitados, que singularizam a obra, podemos citar a linguagem de Carolina, a maneira pela qual as personagens são descritas e uma reflexão acerca disso, a ambientação e a apresentação do espaço narrativo dentro de determinado contexto social. A priori, nos atentaremos para a maneira que a ambientação e a descrição do espaço físico são apresentadas na obra.

Desse modo, em se tratando do espaço em que se passa *Quarto de Despejo*, podemos afirmar que a história se passa na favela do Canindé, a primeira grande comunidade de São Paulo. Como sabemos que o espaço pode ser, também, acompanhado das descrições físicas, temos, nesse caso: escassez de comida, diversos tipos de violência, prostituição, tráfico de drogas, etc.. Diante disso, podemos caracterizar, também, o espaço narrativo enquanto urbano, tendo em vista que o enredo é construído dentro de uma periferia localizada na cidade grande.

No que se refere a ambientação, Gancho (2014, p. 27) a conceitua como “o lugar carregado de características socioeconômicas, morais e psicológicas onde vivem as personagens”. Além disso, a ambientação também apresenta o clima da trama; nesse sentido, o clima aponta para elementos que orientam para o tom da trama, envolvendo a maneira de executar as ações e a maneira de pensar das personagens, influenciando diretamente na recepção do leitor diante da

experiência de leitura. Sendo assim, o espaço narrativo estaria para a construção e descrição física/geográfica dos locais apresentados, bem como já vimos no parágrafo anterior.

Dado o exposto, é válido afirmar que a ambientação do diário é composta pela desigualdade econômica, miséria, insatisfação, as injustiças sociais e a luta para não morrer de fome. Vemos, nesse caso, uma abrangência maior ligada aos aspectos sociais do que físicos.

O fato do espaço físico e a ambientação do enredo nos remeterem ao obscuro, faz jus as informações fornecidas por Carolina insistentemente durante todo o livro. Para isso, ela contextualiza, na junção de espaço e ambiente, o local que ela está situada e a maneira que ela a vida: seu contexto social, sua vivência, suas ações e seus pensamentos põem em pauta a obscuridade e a falta de perspectiva daquela mulher tanto externa quanto internamente.

Em se tratando das personagens apresentadas na história, e partindo da perspectiva de olhá-las mediante o contexto social na qual estão inseridas, refletiremos, então, sobre a passagem de duas personagens que aparecem no decorrer da obra e o que podemos apontar através dessa breve apresentação – partindo sempre do pressuposto de se ir além do que está sendo lido.

[...] Nas favelas, as jovens de 15 anos permanecem até a hora que elas querem. Mescla-se com as meretrizes, contam suas aventuras (...) Há os que trabalham. E há os que levam a vida a torto e a direito. As pessoas de mais idade trabalham, os jovens é que renegam o trabalho (JESUS. 2014. p. 19).

No trecho em destaque, observamos uma denúncia contra a prostituição infantil dentro das favelas. É fato que Carolina não compactua com a forma que essas jovens encontraram para sobreviver, mas não deixa de escrever sobre elas como uma forma de retratar sua indignação. Nessa situação, isso se torna oportuno e favorável para uma reflexão que pensa nesse discurso além do que está sendo visto e dito.

A I. e a C. estão começando a prostituir-se. Com os jovens de 16 anos. Mais de 20 homens atrás delas. [...] Vi as moças da Fabrica de Doces, tão limpinhas. A I. e a C. podiam trabalhar. Ainda não tem 18 anos. São infelizes que iniciam a vida no lodo (JESUS. 2014. p. 137).

À exemplo do que foi dito anteriormente, podemos usar como pauta argumentativa a concepção de Ferréz (2000) acerca da falta de oportunidade dos mais pobres. Em sua obra ele denunciou essas situações que eram impostas aos favelados, como por exemplo a falta de acesso a cidadania que lhes sujeitavam a situações desprezíveis, como a das garotas citadas por Carolina, e por esse motivo dedicou seu livro às “pessoas que não tiveram uma chance real de ter uma vida digna” (FERRÉZ, 2000: p.11).

Uma pesquisa realizada pelo IPEA, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, no início do ano de 2020, nos alertou sobre algo que já era claro. Com a pesquisa, ficou constatado de maneira oficial que a desigualdade social é reforçada com relação ao lugar onde as pessoas

moram. Isso significa que quanto mais longe dos grandes centros urbanos você mora, menos acesso ao mercado de trabalho, saúde e educação básica você vai ter.⁵

Isto posto, podemos citar ainda o que Bordieu (2008) entende enquanto condicionantes estruturais que agem sobre nós. A estrutura social apresentada pelo sociólogo é acometida de diferentes capitais (capital econômico, capital cultural, capital social, capital simbólico, capital familiar, etc). Sendo assim, a aquisição de um ou mais desses capitais é o fator decisivo para inserir ou não o indivíduo em determinada posição de privilégio.

Partindo desse pressuposto, podemos afirmar que apesar da soma de capitais ser o agente condicionante das oportunidades disponibilizadas para a população, é inegável que os que não têm acesso a esses capitais conseguem, por diferentes estratégias, criarem suas trajetórias individuais mesmo sendo postos à margem dessa estrutura de oportunidades.

É o que ocorre com as meninas citadas por Carolina: nós, enquanto leitores, temos consciência que as oportunidades não chegam da maneira que deveria nas periferias. Pois se elas são ofertadas de acordo com os seus capitais enquanto indivíduo, os pobres sempre estarão inferiores aos ricos nessa espécie de pirâmide. Logo, o fato dessas jovens terem trilhado seu próprio caminho para sobreviver deve ser refletido enquanto um ato resultante de um conjunto de fatores a começar, justamente, pela ausência de oportunidades e pela invisibilidade das periferias.

Talvez o pensamento da autora sobre as jovens seja moldado pela ideia de que ela, com três filhos, encontrou uma maneira “digna” de ganhar o seu sustento. Todavia, é importante ressaltar que a leitura do diário e a construção de uma postura crítica com teor político por parte do leitor são indissociáveis. Esse processo ocorre de maneira natural no ato da leitura quando pensamos acerca das situações impostas aos moradores das comunidades.

Por fim, mas não menos importante, é necessário reiterar a escolha do conceito de Escrivência fazendo jus a escrita caroliniana e ao seu percurso em vida. Nesse sentido, relembremos tudo que foi exposto nesse trabalho enquanto situações reais vividas por uma mulher, mãe solo, preta e pobre. Esses marcadores sociais foram os principais fatores, além do preconceito linguístico, para o apagamento das obras de Carolina no período da ditadura militar, mesmo com toda a importância que se tinha os seus escritos a partir de suas vivências.

Diante de todos esses marcadores sociais (gênero, etnia e classe), podemos, então, correlacionar e compreender que o conceito de Escrivência criado por Conceição Evaristo, pode, com facilidade, ser representado na obra de Carolina Maria de Jesus. Sua história de superação mediante o instinto de sobrevivência dentro do caos reflete aquilo que já propunha Conceição: escrever + viver; escrever para viver; viver escrevendo; escrever vivências.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho propôs, como objetivo geral, identificar a forma pela qual a autora da obra em análise conseguiu transformar sua escrita numa aliada contra as situações subumanas impostas à população marginalizada do Brasil. Sendo assim, é possível perceber que a pesquisa realizada nos revela que a produção de Carolina Maria de Jesus pode ser vista enquanto múltiplo instrumento uma vez que ela faz das palavras uma arma contra a opressão numa terra sem lei.

⁵Reportagem publicada no site da TV Brasil em 16/01/2020. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2020/01/estudo-do-ipea-detalha-falta-de-oportunidades-na-periferia-das-cidades>. Acesso em 02/04/2022.

Os objetivos específicos também foram contemplados, visto que no decorrer da leitura é possível compreender, de forma conjunta, o quanto importante foi o livro na história da literatura brasileira e na construção de uma crítica social ainda não vista, por esse ângulo, antes. Imbricada a essa ideia, podemos citar o conceito da literatura enquanto instrumento de resgate; partindo, sempre, das perspectivas de Carolina somado ao que temos/vemos na realidade atual dentro do contexto da pobreza que apontam para os estudos enquanto rota de fuga para quem almeja deixar de ser mais uma unidade nas tristes estatísticas periféricas.

Outro ponto importante também possível de avaliar enquanto objetivo específico, foi o comportamento da autora, linguisticamente falando, diante da relação entre ambiente e personagem. A partir dessa avaliação, conseguimos perceber que a construção de um cenário sem retoques é uma forte característica da escrita caroliniana; o espaço no qual as personagens estão inseridas, ou seja, o processo de ambientação da narrativa contribuem para que essa característica seja um forte potencial enquanto forma de apresentar pro mundo a realidade miserável na qual só quem vivia nela, descreveria tal qual.

Também destacamos, nesse trabalho, o processo de observação da literatura dentro da esfera periférica e a linguagem utilizada pelos cidadãos inseridos nesse “núcleo” como modo de fazê-la, retomando a ideia de linguagem enquanto potência. A partir disso, se faz necessário reafirmar e entender que existem diversas possibilidades de dizer uma mesma coisa e que nenhuma delas se configura como certa ou errada, mas sim como adequada ou inadequada para o contexto na qual estão sendo ditas ou escritas.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Americanah**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- ALBERCA, Manuel. **El pacto ambíguo: de la novela autobiográfica a la autoficción**. Madrid. Biblioteca Nueva, 2007.
- ANDRADE, L. P. de. **Uma noção de poeta**. In___ Revista Rascunhos Culturais. Nº.01, jan./jun. de 2010. Disponível em: <http://www.cpcx.ufms.br/sites/rascunhos/files/2010/07/Primeira-edi%C3%A7%C3%A3o-Artigo-08.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.
- BAGNO, M. **Preconceito linguístico**. 56. ed. revista e ampliada. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.
- CANDIDO, Antônio. **O direito à literatura**. In: Vários Escritos. São Paulo: Duas Cidades, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural: o direito à cultura** / Marilena Chauí – 2. ed. – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.
- CHAUÍ, Marilena. **Sobre a violência**. . Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

DALCASTAGNÉ, Regina. “**A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004**”, *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº 26, Brasília, jul-dez. 2005. P, 13-71.

EVARISTO, Conceição. **Olhos D’água / Conceição Evaristo**. - 1. Ed. – Rio de Janeiro : Pallas : Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FERRÉZ. **Capão Pecado**. São Paulo: Labortexto Editorial, 2000.

GANCHÓ, Cândida Vilares. **Como analisar narrativas**. 9ª ed., Série Princípios, São Paulo: Ática, 2014.

GINZBURG, Jaime. **Crítica em tempos de violência**. São Paulo: Edusp, 2012 a.

GINZBURG, Jaime. **Literatura, violência e melancolia**. São Paulo: Autores Associados, 2012 b

JESUS. Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10º ed. - São Paulo: Editora Ática, 2014.

JUSTINO. L, B. **A literatura marginal e a tradição da literatura: o prefácio manifesto de Ferréz, “Terrorismo Literário”**. *Gragoatá*, 12(23). Recuperado de <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33185>. 2007.

JUSTINO. L, B. **Literatura de multidão e intermedialidade: ensaios sobre ler e escrever o presente** [Livro eletrônico]. – Campina Grande: EDUEPB, 2015.

JUSTINO. L, B. **A potência oralizante da multidão: por que os estudos culturais ajudam a compreender a experiência dos muitos na literatura contemporânea**. *Literatura e Estudos Culturais • Estud. Lit. Bras. Contemp.* (44) • Dez 2014.

LUDMER, Josefina. **Literaturas pós-autônomas**. In__ *Ciberletras – Revista de crítica literária y de cultura*, n. 17, julho de 2007. Disponível em <<http://culturaebarbarie.org/sopro/n20.pdf>>

NASCIMENTO, Érica Peçanha. **Vozes Marginais na Literatura**. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2009.

NOGUEIRA, Luciana Persice. **A autoficção de s. Doubrovsky e o registro da memória de si: obra em Si Bemol**, UERJ Rio de Janeiro, p. 6150-6158, Setembro de 2016. Disponível em: . Acesso em: 04.09.2019.

SPIVAK, Gayatri. **Literatura**. In: BRANDÃO, Izabel (Org.). **Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)** . Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organização Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a minha família que tanto me apoiou nessa jornada. Obrigada pelo amor incondicional. Sem vocês, a realização desse sonho não seria possível.

Aos meus avós maternos, meu tesouro na Terra, minha Maria e meu Eduardo. Obrigada por tudo que já fizeram e ainda fazem por mim, com todo amor e doçura do mundo.

Meu filho, Lorrán, que mesmo sem entender ainda, me motiva todos os dias para seguir. Te amo tanto, pequeno!

Às amigas que cultivei durante minha formação acadêmica, meus agradecimentos, por todos os trabalhos, por todas as conversas, por todas as trocas de conhecimento, e principalmente, por acreditarem também que a educação é a arma mais poderosa que temos para fazer nosso país progredir.

À todos os professores que contribuíram para minha formação, e em especial à minha orientadora Silvana Oliveira. Obrigada, professora, pela paciência e confiança. Minha gratidão eterna por compartilhar comigo sua sabedoria, o seu tempo e sua experiência.

À Carolina Maria de Jesus, por seu legado de testemunho e vida.